Resenha

Os escritos de uma "conquista": a educação escolar indígena

Marina Kahn

Loretta Emiri e Ruth Monserrat (org.) — **OPAN - A Conquista da Escrita**. São Paulo, Editora Iluminuras, 1989, 258 pg.

As discussões relativas ao tema "educação indígena" costumam estar circunscritas ao reduzidíssimo círculo de pessoas que lidam com o assunto. O livro **A Conquista da Escrita**, editado pela Iluminuras em 1989, vem tornar acessível a um público maior a problemática surgida a partir do momento em que se introduziu de 15 anos para cá, dentro das aldeias indígenas, um modelo de educação formal que tenta escapar dos tradicionais padrões de catequese ou de integração implantados pelas políticas indigenistas oficiais no decorrer da história brasileira. Em 1981, A Comissão Pró-Índio de São Paulo já havia tomado a primeira iniciativa, reunindo num livro editado pela Brasiliense uma série de artigos que refletiam experiências com educação indígena e tentavam analisá-las com a perspectiva de tornar a discussão menos empiricista e mais consistente teórica e metodologicamente.

A Conquista da Escrita, quase 10 anos depois, tem o mérito de mostrar que o trabalho com educação nas aldeias não parou, mas nos faz constatar que o assunto continua não sendo suficientemente pedagogizado, tanto pelos que nelas atuam, como pelos profissionais que se dispõem a discutir o tema, seja editando um livro, seja promovendo seminários ou encontros para avaliar o significado e a repercussão de ações alfabetizadoras junto a povos indígenas no Brasil.

O livro consiste na compilação de vários relatórios elaborados por pessoas envolvidas na implantação de projetos de educação dentro de aldeias indígenas. Excetuando o projeto de educação da Comissão Pró-Índio-AC junto a alguns grupos do Acre e o trabalho desenvolvido no Paraguai com o povo Wichi, a maioria dos relatos foi feita por professores levados a atuar em comunidades indígenas por meio da Operação Anchieta (OPAN) ou do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). A OPAN - um braço da atividade indigenista que teve origem na Igreja Jesuíta - sempre foi aberta à incorporação de missionários leigos em seus quadros. Ela propicia, através de treinamento e formação especializada, o ingresso de pessoas nas aldeias indígenas onde mantém um vínculo de trabalho e que estão dispostas a encaminhar seus projetos, cuja proposta mais ampla é "o apoio e defesa da autodeterminação dos povos indígenas do Brasil". Por parte dos índios a alfabetização, ou melhor, a escolarização, acaba sendo uma das demandas mais freqüentes; só ela viria preencher o vácuo existente entre dois mundos que se opõem: o que domina e o que não domina o código escrito. Este assunto não é novo e o relato de experiências

demonstra que a fragilidade do trabalho, as dificuldades de se vencer etapas e a semelhança de situações hostis enfrentadas por diferentes pessoas, em diferentes aldeias e grupos, nas diversas etapas da aplicação de algum plano educacional, revela que as barreiras estão menos nas agruras de um convívio intercultural do que na resistência de se tornar profissional o ímpeto da militância apaixonada. Explicando: a partir do momento em que a política indigenista brasileira não se mostra com metas definidas, seja para proteger, seja para exterminar as populações indígenas do país (embora possamos admitir que essa ambigüidade seja funcional), ficam abertos espaços para que pessoas, individualmente, optem por um trabalho visto como adequado naquele momento de sua vida e que afortunadamente encontram espaço para abrigar sua iniciativa. Isto acontece dentro da própria Funai; na Universidade que acolhe projetos de pesquisas que procuram conciliar uma prática indigenista com uma postura mais reflexiva (e nem sempre tão teórica quanto ela desejaria); dentro da Igreja Progressista; nas organizações de apoio aos índios; enfim, todas essas entidades, separadamente, acabam tentando, através de pessoas, preencher um espaço de trabalho que tem como mola propulsora o desejo dos índios terem seus direitos assegurados e suas aspirações alcançadas. Isto se traduz em "projetos de desenvolvimento comunitário", de "saúde" ou de "educação", a maioria deles movidos pela energia da militância. É um dispositivo eficaz num país subsesenvolvido que não profissionaliza nem remunera condignamente sua força de trabalho e *glamouriza* o compromisso ideológico da atividade intelectual para com os oprimidos.

O livro **A Conquista da Escrita** é a síntese desta situação. Os relatórios que reúne foram preparados para os "Encontros de Educação Indígena" promovidos pela OPAN entre 1982 e 1988, a cada dois anos, no Mato Grosso, e que tinham como perspectiva um intercâmbio de informações entre pessoas envolvidas com escolas indígenas e que pudessem, na ocasião desses Encontros, ouvir especialistas de fora, da academia, para receber assessoria lingüística, antropológica e pedagógica. O critério editorial foi reunir cada conjunto de relatórios referentes ao trabalho com um povo indígena - no caso, 15 grupos - num capítulo, o que proporcionaria ao leitor a dimensão temporal da realização de cada projeto. Como os Encontros são fóruns de debates, oferecem a possibilidade de auto-crítica, revisão e incorporação de sugestões para o encaminhamento dos trabalhos nas aldeias. Ao leitor, é possibilitado o acompanhamento da evolução de cada caso. E, por conseqüência, compartilha com o professor do desejo de chegar com ele a um final feliz. Mas como não se está lidando com ficção, cai-se na realidade e fica patente a diferença de qualidade de cada trabalho. Isto se revela quando comparamos o bem formulado e encaminhado projeto de escola Myky (CIMI) ao equivocado conjunto de clichês que compõem o projeto Kanamari; ou a madura escola Tapirapé (CIMI) esbarrando no ambíguo projeto Ticuna, que por ser bem menos ambicioso do que sugerem os relatórios, corre o risco de fazer o leitor menos avisado acreditar que só existe a OPAN trabalhando com educação indígena na região do Alto Solimões.

Destaca-se do conjunto, o capítulo referente ao trabalho desenvolvido desde 1983 pela Comissão Pró-Índio do Acre. Ele revela um aspecto inédito em relação aos outros apresentados no livro; a diferença básica parece estar no fato dos projetos terem nascido e se desenvolvido com apoio, financiamento e assessoria de diversos órgãos, desde os federais, até instituições de pesquisa e entidades de apoio ao índio e aos movimentos populares. Transparece nos relatórios que algumas das dificuldades encontradas pelas pessoas que lidam com a ambigüidade de uma prática formal e reguladora, como pode ser a pedagógica, aliada a uma proposta conscientizadora voltada para a conquista da autonomia política de uma minoria étnica, foram contornadas com a disposição de se formar, desde o primeiro momento, professores indígenas. A relação do professor branco com um professor índio, fora da aldeia, permitiria que estes últimos fossem os verdadeiros agentes de um processo de mudança, sem a intermediação direta e muitas vezes contraditória do professor não índio, dentro da aldeia. A diversidade da equipe envol-

vida no projeto, ao longo dos anos, mostra que a multi-disciplinaridade e pluri-institucionalidade é possível e necessária.

Nesta perspectiva, fica realçado mais um aspecto problemático em **A Conquista da Escrita**. Onde fica destacado o potencial do professor indígena, propriamente dito, dentro das escolas? A formação dos professores índios deve vir necessariamente depois que já se passaram alguns anos de fracassos e sucessos dos professores brancos nas aldeias? Além desse problema real, há outro, mais teórico, que Eni Orlandi já apontava em 1987 (*"Algumas considerações discursivas sobre a escola indígena"*, in: **A Linguagem e seu Funcionamento**, Pontes, 1987) e que parece passar ao largo de quem fundamenta sua ação pedagógica em escolas para índios: qual a concepção de linguagem que orienta os trabalhos de educação indígena? O nosso discurso, isto é, o discurso do branco continua sustentando as verdades absolutas e aparentemente irrefutáveis: o receio e a sedução diante da escrita, a infalibilidade da alfabetização na língua materna, o peso inegável da escrita para a aquisição de mais uma identidade além da indígena, são acepções que se tornam verdade pela falta de uma discussão mais ampla que autorize a admissão de alguns desvios na forma de se encarar como elas podem ser interpretadas - e expressas - pelo próprio aluno, ou pai de aluno, ou chefe de aldeia, ou professor indígena. A falta de sintonia entre os universos discursivos cria impasses quando se chega ao momento de discutir a oficialização das escolas indígenas, os conteúdos curriculares para essas escolas, ingresso de índios nos segundo e terceiro graus do ensino convencional, a remuneração de monitores e professores indígenas, etc. Ou seja, como sintonizar aquilo que pode ser visto como "a escrita sob suspeita", utilizando a oportuna imagem apresentada pelo veterano pensador do processo de educação para os povos indígenas, Bartolomeu Melià, no primeiro capítulo de abertura do livro, com um projeto indígena propriamente dito, que procura saldos políticos e resultados pragmáticos no modo de se relacionar com a sociedade do dominador?

Os problemas com o processo de introdução da escrita nas comunidades indígenas devem deixar de ser um impasse técnico ou unicamente ideológico. Devem ser encarados como uma questão eminentemente política mas para a qual os índios, mais do que ninguém, já têm suas estratégias definidas. Nós podemos nos colocar na posição de aliados e é o que gostaríamos; eles, porém, nos vêem como detentores de inúmeras técnicas, a escrita entre elas; e é para este fim que eles nos toleram. Sem termos isto claro, nós, ilustres letrados, acabamos tendo a sensação de que o trabalho é difícil e sem muita saída. E os índios, correm o risco de achar que não têm direito a aprender como todo mundo tem.

Um ponto a mais em favor do livro é o último capítulo, escrito por Ruth Monserrat, lingüista da UFRJ que vem acompanhando e assessorando diferentes projetos de educação para os índios. Ela faz um breve histórico das várias trajetórias dos trabalhos, dos oficiais ao das organizações não governamentais, tentando dar um panorama da atual conjuntura da educação indígena no país. O número de pessoas e entidades que já se envolveram nas discussões, se continuar aumentando, nos dá a esperança do trabalho perder seu caráter missionário para assumir feição profissional, especializada e pertinente aos projetos políticos dos índios no Brasil.